



Anais da Assembléia

N. 114

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE OUTUBRO DE 1986

ANO XII

4. ² SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 98. SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 1986
SEGUNDA-FEIRA

especial, para fins de tratamento de saúde.

Sala das Sessões, em 13.10.86.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER Regime de Urgência aos projetos de lei, abaixo enumerados.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 91/86, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Ministro Dilson Domingos Funaro; ao Projeto de Lei n. 95/86, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS - CRIART"; ao Projeto de Lei n. 128/86, que denomina de "PREFEITO JOÃO BAPTISTA DISTÉFANO" o trecho da PR-151, compreendido entre São Mateus do Sul e São João do Triunfo e de "GUILHERME KANTOR", o trecho da PR-151, compreendido entre São João do Triunfo e Palmeira; ao Projeto de Lei n. 142/86, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA ARAÇÁ"; ao Projeto de Lei n. 198/86, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA"; ao Projeto de Lei n. 199/86, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao PADRE JOSÉ DE ALMEIDA PENALVA.

Sala das Sessões, em 13.10.86.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Assembléia, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido nesta data, do empresário Dr. OSCAR DE PAULA SOARES, Vice-Presidente da Associação Comercial do Paraná e Diretor do Serviço de Proteção ao Crédito dessa entidade classista.

REQUER ainda que, deste registro, dê-se conhecimento à família do dirigente empresarial tão infaustamente desaparecido.

Sala das Sessões, em 13.10.86.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Sérgio Spada e Erondy Silvério.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (38). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Acir Mezzadri, Airton Cordeiro, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edmar Luiz Costa, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Nestor Baptista e Tadeu Lúcio Machado (20).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, amparado no que contém os atestados médicos anexos, vem à sua presença, solicitar a concessão de quinze (15) dias de licença

de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição em Ata da presente sessão legislativa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento prematuro, aos 47 anos de idade, do ex-funcionário deste Poder Legislativo, Sr. ADAIRTON BORGES DOS SANTOS, ocorrido nesta Capital, no último dia 10 do corrente, vítima de acidente automobilístico.

O extinto era filho do Sr. Fidelcino Lemos Santos e D. Mercedes Borges dos Santos; deixou viúva a Senhora Iolanda Cassuli dos Santos e seis filhos tutelados.

Seu desaparecimento veio consternar a todos os funcionários desta Casa de Leis, como também a todos que o conheceram, pois, o falecido tinha facilidade em fazer amigos, devido o seu modo simples e educado de tratar as pessoas.

REQUER, outrossim, que da decisão deste Plenário seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.10.86.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, sejam consignados votos de congratulações pelo 39.º aniversário do Município de Campo Mourão, nesta data.

Sala das Sessões, em 13.10.86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O progresso do Município de Campo Mourão é um inegável exemplo, para outras cidades do nosso Estado e do próprio País, porque aconteceu de forma organizada e humana dentro do espírito de coragem e determinação dos seus pioneiros e desbravadores.

Enquanto Deputada Estadual representante do Município de Campo Mourão, é com grande orgulho que sou testemunha do trabalho incansável do nosso povo.

Nós que vimos Campo Mourão crescendo aos poucos, vimos nosso povo enfrentando os desafios da colonização e vencendo esses desafios, podemos hoje, nos sentir gratificada e orgulhosa em fazer parte do seu povo, em ver as transformações sócio-econômicas pelas quais Campo Mourão passou nos últimos anos e décadas.

Mais do que minha cidade, Campo Mourão é o berço dos meus filhos e netos.

Mais do que minha cidade, Campo Mourão é berço dos filhos e netos dos meus amigos e amigas, irmãos e irmãs, companheiros e corregilônios.

Ao Município de Campo Mourão reafirmamos as nossas congratulações por esta data

tão importante e significativa na sua história, porque é uma história de trabalho e coragem.

Ao povo de Campo Mourão as nossas congratulações por participar ativamente da construção de um futuro brilhante para o nosso Estado e o nosso País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações dirigidos a Campo Mourão pelo seu 39.º aniversário de emancipação política e administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor José Pochapski, Prefeito Municipal; e ao Excelentíssimo Senhor Itamar Agostinho Tagliari, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Campo Mourão. Sua existência está ligada à própria história do Paraná. O famoso Caminho de Peabiru, ou Caminho de São Tomé, tinha dois ramais. Um deles passava por onde situa-se atualmente aquela cidade.

Seu descobrimento deu-se em razão de um grupo de homens que formou uma expedição (com 75 pessoas) visando percorrer o sertão paranaense, comandado pelo Capitão Estevão Ribeiro Bayão, cuja iniciativa de ter rumado para este Estado partiu do Capitão-Mor Afonso Botelho de Sampaio e Souza, que era representante do Governo da Capitania de Paranaguá.

Em 1769, ao chegarem à região, aqueles homens a denominaram de Campo Mourão, homenageando desta forma o então Governador da Província de São Paulo.

O interesse despertado por outros indivíduos, diante das perspectivas existentes, fruto do alto teor fértil do solo, trouxe à região, em 1903, inúmeras famílias, iniciando assim, efetivamente, a povoação.

Pode-se dizer, em síntese, que o surgimento de Campo Mourão foi marcado acima de tudo pela garra de seus pioneiros, cuja ação corajosa fez crescer rapidamente uma cidade em que o processo desenvolvimentista chegou a tais níveis, que sua emancipação política e administrativamente tornou-se inevitável pela Lei n. 2, de 10 de outubro de 1947, desmembrando-se de Pitanga; ocorrendo sua instalação em 05 de dezembro do mesmo ano, oportunidade que tomou posse o Excelentíssimo Senhor Pedro Viriato de Souza Filho, primeiro Prefeito.

Trinta e nove anos de luta. Esta é a grande, se não a maior característica de Campo Mourão. Seu povo, trabalhando a terra que é sua maior atividade, tornou o mu-

nicípio um dos mais importantes deste rico e imenso Paraná.

E, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao reconhecer e destacar Campo Mourão perante este Poder Legislativo, o faço com a convicção plena de que desde o seu desbravamento até os dias atuais, a esperança, a fé e a vocação para o trabalho, mais que incentivos, servem a todos como compromissos para que o futuro traga engrandecimentos ainda maiores, com integração e justiça sociais.

Sala das Sessões, em 13.10.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando informações a respeito do projeto de lei que reduz o tempo de aposentadoria de setenta para cinquenta e cinco anos, para as zeladoras escolares.

Sala das Sessões, em 13.10.86.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um projeto de lei da maior importância, uma vez que visa corrigir grande injustiça.

Portanto, Senhor Presidente, nada mais justo do que lutarmos para que este projeto seja aprovado e as zeladoras possam se aposentar aos cinquenta e cinco anos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Nelson Sperandio, M.D.: Diretor do I.A.M. - Instituto de Assistência ao Menor, solicitando informações sobre a liberação de uma verba no ano de 1984, no valor de Cz\$3.500,00 para a Creche Sagrada Família de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 13.10.86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O setor de contabilidade da referida creche está encontrando dificuldades na localização da referida verba, necessitando, portanto, de informações sobre a origem e a procedência para regularizar sua contabilidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desem-

bargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitações para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, seja qualificado em Distrito Judiciário o Distrito Administrativo de Vila Alta, criado pela Lei n. 6.916, de 2 de setembro de 1977, no município de Umuarama, comarca de Umuarama.

Sala das Sessões, em 13.10.86.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de Vila Alta, no Município de Umuarama, criado pela Lei n. 6.916, de 02 de setembro de 1977, apresenta um desenvolvimento promissor nos mais diversos aspectos. Conta com infraestrutura de serviços e condições sócio-econômicas que justificam perfeitamente a sua estruturação como Distrito Judiciário.

A presente solicitação encontra amparo legal no que dispõe o art. 27, da Lei n. 8280, de 24 de janeiro de 1986.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, Dr. Jesus Sarão, no sentido de dar reais condições de trabalho à subdelegacia de Polícia de Virmond, município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 13.10.86.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

A subdelegacia de Polícia instalada no distrito de Virmond, município de Laranjeiras do Sul, encontra-se em total estado de abandono no que tange ao repasseamento de subsídios para sua manutenção.

A precariedade observada nas suas instalações inicia na carência de máquinas de escrever, prosseguindo até na falta de combustível, gasolina para suas viaturas. Necessita, pois, melhor instrumentalização.

Sabemos que a região Oeste e Sul do Estado conta com elevado índice de prática de crimes, tornando evidente assim, a necessidade da Secretaria de Segurança Pública amparar as delegacias e subdelegacias locais para que a segurança da população seja eficiente e efetiva.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado

expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, solicitação para que sejam realizados estudos no sentido do asfaltamento e procedida a reforma e alargamento na passarela para pedestres, na ponte ferroviária Engenheiro Machado da Costa - sobre o Rio Iguaçu, em União da Vitória.

REQUER outrossim que, da decisão da Casa, seja dada ciência aos Excelentíssimos Senhores Prefeito Municipal, vice-Prefeito, Vereadores e Presidente da Associação Comercial e Industrial de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 13.10.86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A ponte ferroviária Engenheiro Machado da Costa, sobre o Rio Iguaçu, na cidade de União da Vitória, vem sendo utilizada para passagem de pedestres e ciclistas, como ligação entre as cidades de União da Vitória-Paraná e Porto União-Santa Catarina e o bairro de São Cristóvão, distrito de União da Vitória.

O precário estado do assoalho, bem como da passarela, vem causando transtorno e dificuldades para a população que se utiliza daquela passagem.

No grande bairro de São Cristóvão, cuja população está acima de vinte mil habitantes, servindo-se diariamente daquela ponte, com sérios riscos, pois os acidentes e perdas de vidas ali são constantes.

As tradições mais caras dos paranaenses, na economia, na cultura paranista, no espírito de trabalho, tem suas raízes na cidade de União da Vitória, localizada às margens do Rio Iguaçu, com seu parque industrial vigoroso.

A cidade de União da Vitória, administrada por homens da maior representatividade político-social, consolidou-se como uma das principais rotas de penetração desenvolvimentista da fronteira com Santa Catarina, denominada Portão de Entrada para o vasto e rico Estado catarinense.

Encarecemos as determinações de estudos concretos e urgentes para que sejam atendidas as justas reivindicações apresentadas pelos diversos segmentos da sociedade daquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e, após ouvido o Plenário, REQUER sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores José Sarney, Presidente da República; Marco Maciel, Ministro Chefe do Gabinete Civil; Jorge Konder Bornhausen, Ministro da Educação; e Aluísio Alves, Ministro da Administração, dando ciência a eles do estado em que se

encontra a Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná e solicitando, ainda, as seguintes providências:

a) - pagamento imediato dos vencimentos dos professores, em atraso há 14 (catorze) meses;

b) - criação do Quadro Próprio dos funcionários e professores da Escola, respeitando-se o tempo de serviço de cada um;

c) - destinação de espaço físico adequado à Escola a fim de que possa atender as suas reais finalidades, como estabelecimento de ensino do Sistema Federal de Educação;

d) - designação de uma comissão que apure responsabilidades pela situação da escola, punindo-se os responsáveis.

Sala das Sessões, em 13.10.86.

(a) IVAN GUBERT

JUSTIFICATIVA:

A Escola Técnica de Comércio foi criada em 1869, há mais de um século, pois pertencia à antiga colônia alemã de Curitiba, com a denominação de Escola Alemã, passando a denominar-se Colégio Progresso, em 1914.

Em 1941, com a denominação de Academia Comercial Progresso, foi adquirida pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Por ato do então Ministro da Educação e Cultura, foi autorizada a funcionar sob a denominação de Escola Técnica de Comércio, anexa à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Pela Lei n. 1254, de 4 de dezembro de 1950, que federalizou a Universidade do Paraná, continuou a ser mantida pela Faculdade de Direito.

Em decisão proferida em 22 de janeiro de 1974, o Conselho Universitário da UFPR vinculou a Escola ao setor de Ciências Sociais Aplicadas, com a denominação de Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná.

Mais tarde, através do Parecer n. 49/78, aprovado em 1.º de fevereiro de 1978, o Conselho Federal de Educação reconhece a Escola como integrante do Sistema Federal de Ensino. Foi relatora do processo a conselheira Esther de Figueiredo Ferraz.

Em 7 de janeiro de 1983, o Dr. Armando Hildebrand, subsecretário de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino - SADESE, do MEC, encaminhou à Universidade, relatório da Coordenadoria do Sistema Federal de Ensino - COSIFE, sobre as condições precárias de funcionamento da Escola e do total abandono em que se encontrava o corpo docente e administrativo, solicitando a regularização imediata, sem que isso tenha ocorrido até a presente data.

A Justiça Federal, através da 3.ª Vara, em sentença proferida em 31 de maio de

1983, através do doutor Lício Bley Vieira, dá vinculação jurídica da Escola à Universidade Federal do Paraná, responsabilizando-a quanto ao pagamento do corpo docente e administrativo, que já naquela época encontrava-se em atraso, sentença transitada em julgado.

A Subsecretaria de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino do MEC, através de ofício, novamente solicitou a regularização imediata da Escola Técnica de Comércio, isto em 1985, sem obter qualquer resposta.

Cumprе ressaltar que a Escola foi federalizada há trinta e seis anos sem que nenhuma autoridade da esfera federal, até esta data, tenha tentado fazer alguma coisa em favor dela, embora seja reconhecidamente, uma das mais antigas e tradicionais do Brasil.

Saliente-se, ainda que, enquanto o Senhor Presidente da República, em seus pronunciamentos, enfatize sempre que é fundamental para o progresso e o desenvolvimento do País, que todos tenham acesso à Escola, usando o lema "Educação para Todos", vemos uma escola que pertence ao Sistema Federal de Ensino totalmente acéfala, sem oferecer garantias aos professores, funcionários e alunos.

Impõe-se ainda, dizer que a atual administração da Universidade Federal do Paraná, já encaminhou solicitação ao Ministério da Educação, através do Ofício n. UFPR/639/86-R, visando a regularização do quadro docente e técnico-administrativo da Escola.

Assim, nada mais justo que, uma vez mais, se apele às autoridades federais, especialmente ao Senhor Ministro da Educação, no sentido de que atenda às reivindicações da Escola, que são justas e antigas e, principalmente, que regularize os vencimentos dos seus professores, lamentavelmente em atraso há catorze meses.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 240/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado no município de Paranaguá, o Distrito Administrativo de Praia de Leste, com as seguintes divisas: começa na desembocadura do Rio Guaraguaçu, no Oceano Atlântico, seguindo pela faixa litorânea (Oceano Atlântico) até a localidade de Praia de Monções; da Praia de Monções traça-se uma linha seca até a foz do Ribeirão Pai Antônio, no Rio Guaraguaçu; e do Rio Guaraguaçu até sua desembocadura.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.86.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Praia de Leste já é, nos dias atuais, uma realidade constatável, grandemente progressista; tem na sua laboriosa e dinâmica população, uma garantia de que o atual elevado índice de desenvolvimento não apenas será mantido, mas sim acelerado. Acresça-se ademais que, com a melhoria do "status" administrativo ora preconizado, a localidade de Praia de Leste, bem como os balneários adjacentes passarão a receber um tratamento individualizado, o que contribuirá para a melhoria dos serviços públicos dispensados a esses aglomerados litorâneos, que se caracterizam por possuírem uma população flutuante de larga variação.

Os usuários e residentes na área, também passarão a desfrutar de uma situação mais favorecida em relação ao nível atual, com o que os administradores mostrarão que estão sabendo explorar melhor os recursos turísticos da orla oceânica do Paraná.

Razão pela qual, pedimos aos nobres Pares, o devido apoio para o presente plano de lei, como também a sua posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N. 241/86

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O art. 1º, da Lei 1.095, de 07 de janeiro de 1953, passa a ter a seguinte redação: "Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal equivalente a dois salários-mínimos às viúvas e filhos menores dos praças paranaense não beneficiados por lei federal, que participaram do escalão da FEB".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.86.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

As alterações propostas constituem uma justa retribuição da sociedade ao esforço e patriotismo daqueles brasileiros que, na década de 40, dedicaram os melhores anos de sua juventude à causa da Democracia e da Liberdade.

Dos beneficiários diretos desta lei restam bem poucos ainda vivos. Uns já se foram para sempre; outros com mais de sessenta e cinco anos de idade não têm mais acesso a cargos públicos. As viúvas dos ex-combatentes e eventuais filhos menores, pelo exposto, merecem uma melhoria em suas pensões.

PROJETO DE LEI N. 242/86
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica declarada de utilidade pública, a Tenda de Umbanda Caboclo Tira-Teima.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.86.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Não se pode em nenhum momento, negar a função social das religiões, cultos e seitas.

Não raras vezes, a própria violência é atribuída à marginalidade, mas também a falta de fé, de espiritualidade é apontada como uma das causas da violência.

Não nos cabe conceituar; nossa abordagem não é técnica, porém, uma análise superficial de seres na prática da grande maioria das religiões, cultos e seitas, nos mostra homens unidos pela magia do misticismo.

Quer dizer de um culto, o praticado pela Tenda de Umbanda "Caboclo Tira-Teima", que tendo como finalidade principal a prática do espiritismo umbandista, promove a exaltação das virtudes do homem, repudia vícios, presta assistência social gratuita aos necessitados e, ainda preserva nossas raízes culturais, sendo filiada à Federação Paranaense de Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros.

Nós não criamos a descrença, mas precisamos promover a fé. Não criamos a tradição, mas precisamos preservar sua identidade. Não criamos a necessidade, mas precisamos combatê-la.

É, portanto, uma questão de justiça que comunidades imbuídas de tais objetivos comuns como a "Tenda de Umbanda Caboclo Tira-Teima" obtenha e usufrua das benesses de ser declarada de utilidade pública.

PROJETO DE LEI N. 243/86
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do ICM, no caso de vendas a prazo, a parcela correspondente ao acréscimo sobre o preço originário da mercadoria.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.86.

(a) IVAN GUBERT

JUSTIFICATIVA:

Segundo a atual sistemática tributária, o ICM é cobrado sobre o preço total

das mercadorias, pouco importante se a venda é feita à vista ou a prazo.

Ocorre que nesta última hipótese, o preço originário, sofre sensível aumento em decorrência dos encargos financeiros incidentes sobre o mesmo.

É, sem dúvida alguma, sumamente injusto que o ICM incida também sobre esse acréscimo, acarretando sério agravamento ao custo final a ser pago pelo consumidor.

Aliás, é bom que se diga que alguns Estados da Federação já adotaram semelhante providência, o que trouxe salutar benefícios à arrecadação de tributos, já que preços menores implicam sempre em maior demanda de produtos.

Contamos, portanto, com o apoio dos nobres Senhores Deputados ao presente plano de lei, uma vez que trará inegáveis benefícios à coletividade, principalmente às camadas mais simples da população de nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna, hoje, primeiro para dizer que a greve da Polícia Civil no Paraná, da forma como está sendo conduzida, está sendo muito boa para a população. O comando de greve disse que a partir do momento em que a Polícia Civil entrar em greve, ela vai cumprir a lei.

Estranho País este! Quer dizer que até agora a Polícia Civil não estava cumprindo a lei? Que a Polícia Civil vai combater o jogo do bicho, vai combater o lenocínio e vai parar de prender cidadãos ilegalmente?

Então, acho que esta greve deve continuar, porque assim a população estará protegida.

E tem um dado importante: as notícias dos jornais dizem que a Polícia estaria arrombando bancas de bicho para fazer com que possíveis candidatos a deputado, financiado pelos bicheiros, pressionassem o Governo, para que este atendesse as suas reivindicações. Coloca, inclusive, o nosso Governador João Elísio numa situação em que ele não pode atender a Polícia.

Se o Governador João Elísio atender a Polícia, ficará explícito para a população de que ele teria interesses na clandestinidade das operações desta.

Portanto, faço um apelo aqui. Se persistir este tipo de condução no comando de greve, que o Governador não atenda absolutamente a Polícia, para que a população possa então ver a lei sendo cumprida no Estado do Paraná.

A greve é um instrumento que o trabalhador usa no sentido de proporcionar melhorias salariais e melhorias, inclusive, para a própria população. E toda greve é um instrumento político. Toda greve que proporcionar coisas positivas para o povo, deveria ser eterna.

Aqui, fica este meu apelo: ou os policiais civis discutem politicamente as suas reivindicações, no sentido de atender a maioria da população, ou que fiquem eternamente em greve e cumpram a lei.

Era isto, Senhor Presidente.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Não há mais oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes.

No Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PFL. (Pausa).

Estando ausente, consulto à Liderança do PDS. (Pausa).

Estando ausente, consulto à Liderança do PCB. (Pausa).

Ausente, consulto à Liderança do PL. (Pausa).

Ausente, consulto à Liderança do PMDB. (Pausa).

Não se manifestando, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passando-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente. Necessita de apoio. Apreciação. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Trajano Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apreciação. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apreciação. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apreciação. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando 15 (quinze) dias de licença especial para tratamento de saúde. Inclua-se na Ordem do Dia de 14.10.86.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei Complementar n. 78/86, que dá nova redação ao inciso II, do artigo 166, da Lei 6174, de

16.11.70, conforme especifica. (Contribuições para montepio, ou pensão, desde que de instituições oficiais dotadas de personalidade jurídica de direito público). Aprovado. (Public. no DA. n. 32 de 24.4.86)

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei Complementar n. 173/86, que dá nova redação ao art. 11 da Lei Complementar n. 27, de 08.01.86, conforme especifica. (Transferência de áreas de que trata o artigo 9º, dependerá sempre de consulta às Câmaras dos Municípios, que sofreram alteração de seus territórios). Aprovado. (Public. no DA. n. 80 de 12.08.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 44/86, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE APOIO À CRIANÇA COM NEOPLASIA, com sede e foro no Município de Curitiba. Aprovado. (Public. no DA. n. 16 de 25.03.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 125/86, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI, com sede e foro no Município de Assaí, conforme especifica. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 53, de 02.06.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 133/86, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE ESPÍRITA RENOVACÃO - SER, com sede nesta Capital. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 61, de 12.06.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 153/86, que declara de utilidade pública o CLUBE ESPORTIVO DO DEFICIENTE, com sede e foro nesta Capital. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 71, de 27.06.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 157/86, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR, com sede nesta Capital. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 71, de 27.06.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 195/86, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE DE PROMOÇÃO SOCIAL DO FISSURADO LABIO-PALATAL, com sede nesta Capital. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 87, de 5.8.86)

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n. 114/85, que institui no âmbito do Poder Legislativo, o Grupo Interparlamentar de Amizade entre o Estado do Paraná (Brasil) e a Província de Matanzas (Cuba), na forma que especifica. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 96/85, de 23.09.85).

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 89/81, de autoria do Deputado LEÔNIDAS CHAVES, que cria o Município de CAMPO BONITO, com território desmembrado do Município de Guaraniaçu, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas que especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 160/86, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL E OUTROS, que dá nova redação acrescentando o inciso VII, ao Art. 14, da Lei n. 8216, de 31/12/85, alterada pela Lei n. 8297, de 08/05/86, conforme especifica. (Empresas de Táxi). Com Pareceres Favoráveis da C.O.P.T.C. e C.F., por unanimidade, e com Parecer Contrário da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 181/84, de autoria do Deputado NILSO SGUARREZI E OUTROS, que dispõe sobre a obrigatoriedade em se fazer constar o nome dos Srs. Deputados autores, nos autógrafos dos projetos de lei aprovados e encaminhados ao Poder Executivo. Com Parecer Favorável e Emenda Substitutiva da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 62/86 (Mensagem n. 76/86, ex-Proposição n. 81/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos Aditivos (1.^o), de 20.03.86, a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, com intervenção da FAMEPAR, objetivando prorrogação da vigência dos respectivos convênios originários até 30.05.86. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 63/86 (Mensagem n. 87/86, ex-Proposição n. 96/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Convênio celebrado em 16.06.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de CORNÉLIO PROCÓPIO, com participação da SUCEPAR, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 64/86 (Mensagem n. 19/86, ex-Proposição n. 40/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo Aditivo de 20/11/84, ao Convênio celebrado em 13/08/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, a EMOPAR e o Município de BARRAÇÃO, com vistas a prorrogar o prazo de vigência e a alterar o valor do ajuste originário. - Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 66/86 (Mensagem n. 32/86, ex-Proposição n. 48/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Agricultura com os Municípios, datas e objetivos adiante mencionados. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 67/86 (Mensagem n. 96/86, ex-Proposição n. 102/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação com os Municípios e datas que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros do Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, na melhoria das unidades de Ensino de Primeiro Grau, da rede pública. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 69/86 (Mensagem n. 99/86, ex-Proposição n. 105/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados em 26.02.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios de RIO BRANCO DO SUL e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa de Mobilização Energética - PME/PR - Programa de Investimentos em Transportes Urbanos. - Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 68/86 (Mensagem n. 97/86, ex-Proposição n. 103/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e os Municípios e nas datas que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, em apoio à ampliação da oferta de educação pré-escolar no Estado. - Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 70/86 (Mensagem n. 115/86, ex-Proposição n. 119/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e os Municípios e datas que especifica, objetivando a expansão da Educação Pré-Escolar. - Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 71/86 (Mensagem n. 107/86, ex-Proposição n. 112/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Convênio n. 677/85, celebrado em 05.12.85,

entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e o Município de CURITIBA, objetivando a aplicação de recursos financeiros da SEED, na implantação de Escola Especializada na Rede Municipal de Ensino. - Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 72/86 (Mensagem n. 101/86, ex-Proposição n. 107/86), que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e os Municípios e datas que especifica, objetivando a aplicação de recursos do Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, em apoio às unidades escolares de Ensino de Primeiro Grau, da rede pública. - Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 73/86 (Mensagem n. 98/86, ex-Proposição n. 104/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados em 04/07/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios de COLOMBO e CURITIBA, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa de Mobilização Energética PME/PR - Programa de Investimentos em Transportes Urbanos. - Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 74/86 (Mensagem n. 100/86, ex-Proposição n. 106/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Acordo n. 05/86, celebrado em 18/07/86, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, com interveniência do Ministério do Interior, visando a execução do Programa de Açudes e Poços no Estado do Paraná.

- Em Votação.

O SR. FUAD NACLI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação).

5 Srs. Deputados aprovam, 8 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação e nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 14, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 74/86.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n. 66, 67 e 69/86.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n. 68 e 70 a 73/86.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n. 75 a 84 e 94/86.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n. 86 a 93/86.

DISCUSSÃO ÚNICA - do requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, solicitando 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde.

Levanta-se a Sessão.